

*Cláudio Martins*

Ao ingressar na Academia Brasileira de Letras afirmou, em seu discurso de recipiendário, o poeta, magistrado e destacado político Augusto de Lima, sucessor de Urbano Duarte na Cadeira que tem como Patrono o comediógrafo França Júnior, sentir-se como um epitáfio choroso de duas memórias alegres e insubstituíveis.

Também eu, ao penetrar os umbrais desta Casa pela generosa aquiescência de seus ilustres pares, para suceder a um magistrado na Cadeira de que é Patrono Raimundo de Farias Brito, devo admitir que se não sou, propriamente, o epitáfio de duas memórias marcantes das letras jurídicas cearenses, às quais tenho procurado dar também o meu modesto contributo, represento sem dúvida a melancólica frustração do magistrado que sempre quis ser, agravada com a impossibilidade de ajustar-me aos méritos do filósofo Patrono.

Nada obstante isso, o meu imoderado desejo de justificar-me vai buscar na impressionante figura humana do pensador cearense, não apenas inequívocas afinidades de ordem pessoal, notai bem, senão ainda uma quase completa identidade entre o moço pobre que se fez filósofo e o aprendiz de tipógrafo que se faz Acadêmico.

Farias Brito nasceu paupérrimo como eu.

Ser pobre e inconformado com a desajuda do meio interiorano cearense, ao tempo em que colégio era luxo de rico, foi a tragédia que sopitou milhares de vocações iguais às nossas, até os idos de 1926.

Menciono a data de ciência própria, pois foi a essa altura, quando a geração desfavorecida e vontadosa de minha terra se debatia, obstinadamente, pela solução dos seus aflitivos problemas educacionais, que se criou o primeiro Ginásio equiparado do Cariri — o velho e querido Ginásio do Crato — iniciativa devida exclusivamente à clarividência desse homem admirável e incompreendido que se chama Pe. Francisco de Assis Pita, a quem devemos, os beneficiários de seu alto espírito cívico, a grande oportunidade para nossas vidas atormentadas.

Farias Brito teve a seu favor uma família compreensiva e orgulhosa de seu talento, assim como não lhe faltou a vizinhança de uma cidade provida de escolas e colégios.

Seu pai, sem medir sacrifícios e no louvável intuito de saciar-lhe a sede de saber, emigrou, seguidamente, ora de São Benedito para Ipu, ora de Ipu para Sobral, de Sobral para Fortaleza e desta cidade para o Recife, entremeando essa *via crucis* profundamente humana dos percalços de uma seca sem precedentes, com estágio forçado em sítio da família, o qual sempre lhe acolheu as envergonhadas tribulações.

Foi assim que cresceu para engrandecer o Brasil e honrar a tradição de denodo, de inteligência, de pertinácia do caboclo cearense o maior dos nossos pensadores, respeitado como tal até mesmo por aqueles que divergiram e divergem de suas luminosas lucubrações de mestre eminente.

Farias Brito é, com efeito, um símbolo da tenacidade do sertanejo desamparado.

Sem nada de seu, agredido pela inclemência do meio adverso, alçou-se aos páramos do saber filosófico, só reservado aos eleitos, contando apenas com um talento invulgar e com a tocante compreensão de pais extremosos.

Depõe Djacir Meneses que, para custear a educação de seu grande filho, a mãe de Farias Brito chegou a exercer “mistérios de lavadeira na cidade onde havia liceu e academia”.

Foi assim — é necessário insistir — a luta que travou com o destino aquele que imprimia novas e mais amplas dimensões na história do pensamento, no Brasil. Esta tem sido

a luta duramente travada por centenas de outros compatriotas, abandonados à desfortuna na hinterlândia brasileira. Esta, *mutatis mutandis*, é a minha luta e a minha história.

Infinitamente mais desassistido que o sábio de São Benedito, nasci em uma região em que o moço pobre teria que ser padre ou operário.

Sem vocação para os misteres divinos, defeito que por graça de Deus ainda hoje carrego, fui ser aprendiz de arte tipográfica. E o jornal foi a minha primeira e única escola.

Foi juntando letras num componedor que me familiarizei com os rudimentos da filologia.

E quando em 1927, já homem feito, consegui, a duras penas, ingressar afinal num Ginásio oficializado, essa excelente escola já me rendera meios de substituir Michel Zevaco pelos clássicos brasileiros e portugueses, sem jamais haver freqüentado um grupo escolar sequer.

Não me estou gabando de inteligência excepcional, convém que fique bem claro.

Eu era, como ainda sou, um medíocre homem do povo, fazendo questão, entretanto, de me não dobrar às injustas posições de um destino cruel.

Fiz o que fizeram muitos de meus conterrâneos, fintando a sorte madrasta num desejo incontido de subir, de vencer na proporção de pendores naturais.

Como o mestre da Serra Grande, tive um pai compreensivo. Quando foi necessário emigrar para o Crato, ele o fez corajosamente, desafiando obstáculos.

Sem qualquer outro estímulo, que não o desejo insopitável de proporcionar meios para a educação dos filhos, veio, em 1930, para Fortaleza, onde também havia liceu e academia.

É pena que ele não haja podido colher os louros dessa labuta ingrata e insana, pois que morreu antes de ver o menor de seus filhos assentar-se na companhia das mais altas expressões da intelectualidade cearense.

Mas valeu o sacrifício. Todos nós vencemos de algum modo. E vencemos consoante os desejos de meu pai: no plano intelectualivo.

U'a médica, um doutor em Odontologia e três doutores em Direito teriam sido o saldo desse investimento afetivo, não fora o Alvarez tornar-se poeta, escritor e professor, o Antônio, também professor, criar uma Universidade para o nosso Estado e o Fran, após escandalizar a província com a sua literatura quente demais para a época e conquistar uma cátedra em prélio desigual, tornar-se comercialista de aceitação nacional. Se ele não fosse meu irmão eu diria *renome nacional*.

Diante desse quadro, consolador sem dúvida, certamente meu pai, se vivo fosse, me diria contrariado: *só você, meu filho, não deu pra gente...*

De fato, aparentemente, só aparentemente, faço questão de frisar, tornei-me, por força das circunstâncias, apenas um homem abastado, sem maiores compromissos.

Não que eu quisesse dar essa impressão sobremodo incômoda. Não que me não esforçasse por atender aos reclamos e aspirações de meu pai morto. Fui professor ao mesmo tempo que os outros e fiz um pouco mais de poesia que os bissextos da família. Em 1940 escrevi o primeiro ensaio sobre Fazenda Pública. Em 1942 publiquei *Elementos de Finanças e de Legislação Fiscal*, um livro que — perdoai a imodéstia — granjeou algum sucesso.

A generosa acolhida que mereceu de estudiosos e doutos, incluindo nesse número, para honra de meu pai, um tocante pronunciamento de Clóvis Beviláqua, animou conhecida editora do sul do País a reimprimi-lo em edição para todo o Brasil.

E não me faltou também a dose amarga dos momentos difíceis e das decisões temerárias, para identificar-me com a minha sofrida parentela.

Fui, além de tipógrafo, modesto empregado do comércio, repórter de jornal excomungado, com direito a um passe de bonde, permanente de cinema de segunda classe e um ordenado de 50 cruzeiros, que, além de arcaicos, eram freqüentemente abstratos. E, por extrema necessidade, tornei-me professor de Química, envolvendo-me afoitamente em problemas e experiências que só conhecia dos livros.

Tudo isso eu fiz, palmilhando o mesmo caminho a que nos atirara, desde muito cedo, a mim e a meus irmãos, uma pobreza violenta.

Mas um dia a fortuna, a *Deusa milionária*, como diria o poeta Guerra Junqueiro, resolveu subir até o sexto andar de minhas habituais aberturas. E esse bafejo accidental, se, de certo modo, possibilitou-me a realização de alguns sonhos, constituiu-se, como vereis, uma pedra nesse áspero caminho, que seria, ainda assim, o mais curto e mais lógico para a realização de meus verdadeiros objetivos.

Com efeito, quando tudo fazia antever o coroamento de um esforço persistente, através da provável conquista de uma cátedra na Faculdade de Direito, ou de carreira laboriosa, que me conduzisse a um posto de destaque na magistratura cearense, encontrei-me a braços com as ilusórias promessas da Serventia de Justiça, ocupação decerto bem estipendiada àquela época, mas profundamente absorvente. E, quebrantado pelas provações de um passado duríssimo, não pude resistir. Fugi aos desígnios de meu pai e mergulhei na prosperidade inesperada.

Durou precisamente vinte e quatro anos essa inusitada experiência com a fortuna, da qual só duas vezes emergi rapidamente, a primeira, em 1946, para conquistar o título, sem dúvida honroso, de Professor Livre-Docente de Política Financeira da Faculdade de Ciências Econômicas da futura Universidade Federal do Ceará e a segunda, em 1962, para publicar o meu primeiro livro de *poemas para ajudar*, como o cognominou, adequadamente, o escritor João Jacques Ferreira Lopes.

Afora isso, a minha amena digressão só me deu tempo de ler muito e de acompanhar com vivo interesse o progresso da Ciência das Finanças e, principalmente, o do Direito Tributário, hábito que contraí de maneira irremediável.

Foi um amigo inesquecível, um cearense dos mais dignos, quem pôs cobro, afinal, a essa prolongada moleza intelectual. Ari de Sá Cavalcante, meu mais que irmão, convocou-me para ocupar o lugar a que eu tinha direito na Faculdade de Ciências Econômicas, que lhe deve o renome. E vi que era che-

gado o momento de recomeçar a tarefa interrompida em 1943. Mesmo porque, agora, que perdera a condição de irmão do Reitor, ninguém poderia alegar, validamente, que o Notário ingressava na Universidade pela porta fácil do favoritismo, como diz o chavão. Era em verdade o mestre-escola empenhado que tornava aos penates; era o professor orgulhoso de sua profissão que voltava à faina que o destino lhe reservara; era o meu reencontro com a outra alternativa de minha vocação.

Fi-lo com o mesmo amor, com a mesma humildade e o mesmo interesse com que costumo enfrentar as coisas boas e más de minha vida.

Como a Reforma Tributária, implantada pela Emenda Constitucional número 18, houvesse tornado obsoleto quase tudo quanto se publicara até então sobre legislação tributária, escrevi as *Normas Gerais de Direito Tributário*, com endereço aos meus alunos. E tive sorte. O livro agradou. E a maior editora do País resolveu honrar-me com alentada edição, também de âmbito nacional.

Foi, não há negar, compensação sobremaneira superior ao acanhado merecimento de minha despreziosa achega.

Devo, todavia, confessar — e o faço sinceramente, sem pretender armar ao efeito — que nunca estive nas minhas mais acalentadas cogitações merecer o prêmio que ora me conferis. Sobretudo quando sei que a idéia partiu de um grupo de escol — o Grupo Clã — a que estou agregado pela decisão e bondade excessiva de seus ilustres componentes.

Minhas senhoras e meus senhores.

Afirmei no início desta auto-apresentação que me considerava frustrado nas minhas pretensões a um posto de magistratura.

De fato, se as supostas vantagens materiais do notariado me não tivessem desviado para rumo diferente daquele a que fatalmente me compeliriam os impulsos naturais, sei que hoje seria juiz e, quem sabe, talvez até galardoado com a maior honraria a que pode aspirar um bacharel em Direito: a suprema investidura numa colenda Corte de Justiça.

Talvez esta minha preferência, esta minha incontida admiração por mister tão afanoso quão exigente tenha as suas raízes mergulhadas na similitude que me é dado vislumbrar entre um passado de lutas e de incertezas e os empecos e as agruras que aguilhoam a vida árdua do magistrado cearense.

Ser juiz no Ceará sempre foi um apostolado.

Obrigado a manter íntegra, imaculada, a dignidade da toga, invariavelmente lhe mínguem os recursos que tal imperativo demanda.

Em 1934, como modesto escriturário do Tesouro do Estado, comissionado no cargo de Oficial de Gabinete do Secretário da Fazenda, eu recebia remuneração mais alta que a de Juiz de Direito da capital.

Mesmo assim, estudando em livro emprestado, privando-se de um mínimo de conforto, o nosso magistrado tem sido um exemplo de honradez.

Devemos orgulhar-nos dos nossos juizes, porque eles são, sem favor, uma das maiores reservas morais deste Estado.

Daí, do fato de não ter podido transmitir a meus filhos esse legado honroso, a prefalada frustração.

Daí, igualmente, a minha dupla satisfação deste momento: a de sentir-me tão bem acolhido e a de poder ocupar, neste cenáculo, a Cadeira em que se sentou o juiz Cursino Belém de Figueiredo.

Cursino Belém foi homem abastado. Membro de tradicional família caririense, poderia ter escolhido um caminho mais clemente. No entanto, preferiu os embates da profissão ingrata, posto que altamente dignificante. E atingiu-lhe as culminâncias, transpondo, palmo a palmo, os escolhos da subida.

Por isso ele merece mais ainda o nosso respeito.

Culto, digno, tradicionalmente combativo e desabusado, nunca fugiu à liça. E morreu vitorioso, seja como juiz, seja como homem de letras, seja como preliador intemorato.

Descendendo do mais prestigioso chefe político da época, nos rincões do Cariri — o Coronel José Belém de Figueiredo — herdou do caudilho sertanejo o desmedido amor pela luta partidária. E viu-se, por isso, amiudadamente, empenhado em

pleitos eleitorais, às vezes memoráveis, como o que pretendeu outorgar a suprema magistratura do País ao eminente Rui. E o fez antes mesmo de acertar o passo no caminho que o conduziria ao vértice de sua brilhante jornada.

Com efeito, para dar vazão a essa faceta de sua marcante individualidade, ainda estudante tornou-se jornalista, atuando em periódicos cearenses, pernambucanos e amazonsenses, ao lado de Vítor Hugo Aranha, Carlos Studart, Vicente Reis, Andrade Furtado, Leonardo Mota, além de muitos outros.

Foi como jornalista e político que veio, em 1914, ajudar a fundar em Fortaleza o Partido Republicano Liberal, juntamente com correligionários e admiradores de Rui Barbosa.

Em 1916 sobrou-lhe tempo, afinal, para bacharelar-se em Direito, curso que durou, por força dessa inquietude, dessa invencível inclinação pelas coisas da política, nove agitados anos.

Mas valeu-lhe, sobretudo, a experiência, pois sobre ela construiria notável carreira de magistrado, de jurista e de homem de letras.

Polígrafo de irrecusáveis méritos, incursionou não só nos domínios do jornalismo, senão também nos da literatura, da crítica literária, da sociologia e, principalmente, nos da ciência jurídica, legando-nos trabalhos variados, uns apenas divulgados em jornais e revistas, outros enfeitados em opúsculos e publicações maiores.

Em 1914 publicou o seu primeiro ensaio, um *Perfil Histórico de Rui Barbosa*, em que extravasa a sua veneração sem fronteiras pelo estadista brasileiro.

Logo depois, em 1915, surge com outro opúsculo que intitulou de *A Alma de Nossa Gente*.

Essa nova produção literária de Cursino Belém resultou de uma conferência por ele pronunciada em nosso velho e tradicional Iracema, a associação mais antiga do Ceará.

Aquele tempo, a boêmia dourada dos cafés sulinos cedera já a primazia aos requintados salões em que, no Rio e São Paulo, passou-se a fazer vida literária e artística.



Tornaram-se quase legendários os famosíssimos salões de Laurinda Santos Lobo, Coelho Neto e Inglês de Sousa, no Rio, e Vila Kyrial, em São Paulo, pelos quais desfilaram personalidades como Anatole France e Isadora Duncan.

O Clube Iracema era o grande salão cearense.

Merecer a honra de nele pronunciar uma conferência ou dar uma demonstração de arte era a consagração da província. Cursino Belém mereceu-a e, animado pelos aplausos com que foi distinguido, editou o seu excelente estudo da alma simples do nosso homem do campo.

Aos dois prefalados trabalhos seguiu-se uma obra de orientação sociológica, dedicada à mocidade brasileira, com o título de *Princípios de Educação Moral e Cívica*.

Educação Moral e Cívica era então matéria do currículo do segundo grau, constituindo-se, por conseguinte, aprendizagem obrigatório em nosso antigo curso preparatório.

A partir daí fixou-se em produções jurídicas, linha de que se desviaria uma única vez, para publicar exaltada apreciação crítica à tese com que o sociólogo Djacir Meneses conquistou a Cátedra de Introdução à Ciência do Direito, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Da sua obra jurídica, a dissertação *Finalidade do Direito e Anarquismo Social*, em que focaliza e estuda as modernas conquistas da evolução do Direito, e prova eloqüente de suas excepcionais qualidades de mestre e de douto.

Em fins de 1917 Cursino Belém iniciou a sua carreira judiciária, substituindo, em Maranguape, o Promotor da Justiça, Edgar de Arruda.

Removido, em 1919, para a segunda promotoria da Capital, foi, mais tarde, nomeado Juiz Municipal da 3ª Vara Criminal, no governo Justiniano de Serpa.

Suprimida a 3ª Vara, em 1926, por medida de economia, só em 1933 a ela tornaria, após vencer, em concurso, o seu ilustre e único antagonista, pelo critério de preferência à nomeação, em igualdade de notas. Isso por ser mais velho em idade e em tempo de serviço.

Foi, ademais, Juiz de Direito das comarcas de Jardim e de Russas, alcançando, por fim, no ano de 1945, a promoção, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, do qual só se afastaria em 1953, voluntariamente, como fazia questão de acentuar, pois que ainda lhe restavam dois anos para atingir a aposentadoria por limite de idade.

Este, meus senhores e minhas senhoras, o juiz e homem de letras que ora tenho o envaidecimento de substituir nesta Casa.

Honra lhe sejam sempre o saber, o destemor e o espírito de justiça.

Agrada-me recordar, em palavras finais, que estive ligado a Cursina Belém por laços de uma afeição que durou mais de vinte anos.

Ele foi, por acaso, o Presidente da junta examinadora que me deu ganho de causa em concurso público a que me submeti para preenchimento do cargo de que hoje sou titular vitalício.

Costumava dizer, em tom de pura mangofa, que me dera um Cartório.

Mal sabia o meu pranteado amigo que viria a engrandecer-me, depois, com mercê infinitamente mais alta, ensejando-me a oportunidade de participar do vosso trabalho e proporcionando-me, por outro lado, a realização daquela velha aspiração de ocupar um lugar de juiz, já não numa Corte de Justiça, como planejei tantas vezes, mas numa Corte de Letras, onde pontificam homens igualmente dignos, de cuja magnanimidade recebo, neste instante, sob a forma de fraterna acolhida, tão transbordante manifestação.

Senhores Acadêmicos, meus amigos do Grupo Clã, eu vos agradeço *ab imo pectore*.

Acadêmico Otacílio Colares, escrevestes:

*“Amigos valham os bons, poucos que sejam,  
que nisto pouco importa a quantidade,  
pois quase sempre é de infidelidade  
o tom daqueles que demais cortejam.”*

Sou um homem sem inimigos; um homem sempre à procura de novos amigos.

Em verdade, há 25 anos estou empenhado num trabalho de aproximação internacional através de companheirismo e amizade. E uma comunhão espiritual que data dos bancos acadêmicos me dá o direito de afirmar que pensais e agis exatamente como eu. Tanto que agora mesmo procuro associar o vosso nome ilustre e digno a esse movimento que se estende já a 145 países e regiões geográficas diferentes, congregando mais de seiscentos mil profissionais e homens de negócios de todo o mundo.

Por isso, longe de entrever nas vossas generosas referências resquícios que sejam de infidelidade ou de fácil bafejo, nada obstante vos excederdes na procura de grandeza onde só há boa vontade, assim como na de virtudes onde sobejam defeitos, nelas, nas vossas referências, reconheço, desvanecido e muito ao revés, uma inequívoca explosão de ternura e de alegria compartilhada, que só poderia eclodir do coração de um amigo e de um poeta.

Os vossos conceitos, posto que descabidos, me comovem, mesmo assim, profundamente.

E se nada pudesse significar para mim a honra insigne que me tributa a Academia Cearense de Letras, só o calor do vosso magistral depoimento bastaria para integrar-me plenamente no instante de felicidade que esta festa me proporciona.

Amigos valham os bons... —, eis tudo quanto a minha emoção me permite dar-vos em troca, meu poeta.

Muito obrigado.